

## ASPECTOS DA SIGNIFICAÇÃO PRAGMÁTICA

Janete Silva dos Santos (UFT)<sup>19</sup>  
Morgana Fabíola Cambrussi(UFFS)<sup>20</sup>

**Resumo:** O presente texto aborda tópicos da teoria pragmática linguística e faz um contraponto entre essa abordagem e os estudos tradicionais da significação, desde o surgimento da linguística moderna. Para tanto, analisa alguns enunciados usuais da linguagem cotidiana, focando sutilezas da língua e de seus usos em relação à competência linguística e comunicativa dos falantes, apontando como, nesses casos, não basta a presença de uma forma linguística bem articulada e bem formada, mas todo um contexto para que esta se efetive como linguagem, como enunciado suficientemente interpretável nas trocas comunicativas. Essa discussão visa a, preferencialmente, introduzir uma reflexão inicial sobre o estudo da significação a partir de pressupostos da disciplina pragmática, em que as formas linguísticas e seus usos constituem-se como parte substancial do conhecimento da linguagem e problematizar a abordagem desse estudo da significação nas práticas de ensino de língua.

**Palavras-chave:** Semântica e pragmática. Langue/parole. Ensino de língua materna.

### Abstract

This paper discusses some topics of the linguistic pragmatics theory and makes a counterpoint between this approach and the traditional studies of meaning since the beginning of modern linguistics. For this purpose the text analyzes some statements common in an everyday language focusing on specific characteristics of language and its uses in relation to speakers' linguistic and communicative competence. This theoretical treatment points out how, in these cases, it is necessary a whole linguistic and extralinguistic context to a sentence to happen like a sufficiently interpretable utterance (as language occurrence), more than a simple structural form well-articulated and well-formed. In this discussion the preferential aim is introducing an initial reflection about the study of the meaning from pragmatic assumptions in which one the linguistics forms and its uses become a substantial part of language knowledge and discuss the approach of the study of meaning in language teaching practices.

**Keywords:** Semantics and Pragmatics. Langue/parole. First-language teaching.

## 1 Introdução

O estudo da língua, dentro da linguística estrutural, dividiu-se em categorias, visando à análise metódica desse objeto (língua). Assim, temos separadas disciplinas clássicas para tentar dar conta da complexidade do sistema linguístico: Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica. Cada disciplina estuda especificamente um aspecto da língua, como módulos ou subsistemas do sistema macro. Apesar dessa separação, é perceptível para o estudante dessas disciplinas que uma sempre toca a outra, pois a investigação apurada de cada parte exige o encaminhamento do olhar ao todo, que evidentemente se estrutura também pela relação entre as partes que o constituem.

Ao se pensar a língua como parte da linguagem humana, outros aspectos ainda devem ser considerados, como os usuários da língua. Ou seja, ao se considerar, consistentemente, a relação entre língua e falantes, as referidas disciplinas ou o procedimento modular de investigação não dão conta de explicar alguns fenômenos linguísticos reconfigurados por fatores extralinguísticos, ou porque esses fenômenos não se incluem no escopo de investigação definido pela abordagem modular da língua ou justamente por demandarem uma abordagem de interface linguística, como é o caso dos fenômenos pragmáticos. Surge assim a necessidade de novas áreas ou disciplinas para estudar outros objetos identificados nessa

<sup>19</sup> Doutora em Linguística Aplicada, docente do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras/PPGL da Universidade Federal do Tocantins/ UFT. Bolsista produtividade da UFT. Líder do grupo de pesquisa *Linguagem, Educação e Sustentabilidade/LES-UFT*. E-mail: janetesantos@uft.edu.br.

<sup>20</sup> Docente do Curso de Letras Português e Espanhol – Licenciatura e do Mestrado em Estudos Linguísticos da UFFS, *campus* Chapecó. Coordenadora do Subprojeto Interdisciplinar PIBID. Doutora em Linguística. Contato: morgana@uffs.edu.br.

relação, como os usos linguísticos. Esse outro parâmetro propiciou o surgimento de uma disciplina em acentuada expansão: a pragmática.

Esses fenômenos de significação contextualmente dependentes, a que chamamos *fenômenos pragmáticos*, estão fortemente condicionados por fatores que não são apreendidos exclusivamente pela estrutura linguística (e não poderiam ser descritos e explicados por seus módulos autônomos), mas tomam essa estrutura e a enriquecem com um conjunto de especificações de sentido alicerçadas em elementos como *o papel do sujeito que fala, as intenções que pode ter, o lugar em que está, sua referência temporal e, não poderíamos deixar de dar destaque, aquele ou aqueles com quem se fala e o que se deseja provocar nesses indivíduos* (a partir do que foi linguística e extralinguisticamente dito).

Todos esses elementos funcionam na atividade de linguagem de maneira bastante orquestrada, sistematizada, mas não queremos usar a noção de sistema na acepção original do termo empregada pela linguística (como uma estrutura fechada em si mesma). Mas podemos pensar em sistema como um aporte de diferentes níveis de estruturas engrenadas, estruturas gramaticais e não gramaticais – o que fez a linguística contemporânea chegar a noções impensáveis no início do séc. XX, como a de *gramática emergente*<sup>21</sup>. Com isso, ganhamos a vantagem de alargar as possibilidades teóricas e junto com elas alargamos as lentes com as quais pretendemos descrever fatos de linguagem. Em última análise, essa tem sido a grande contribuição da pragmática linguística; vamos ver um pouco da trajetória interessante que nos fez chegar neste ponto.

## 2 O desenvolvimento dos estudos da linguagem e as contradições no ensino de língua

Na investigação linguística iniciada pela linguística estrutural, cada signo significa, relaciona-se e flexiona-se, conforme regras do próprio sistema de que faz parte. O sistema linguístico pode ser decomposto em partes estruturais para que se possa estudar e definir/reconhecer melhor a função de cada signo ao relacionar-se um signo a outro. A fonologia (estudo das menores unidades distintivas de uma língua), a morfologia (estudo das formas significativas de uma língua/as menores unidades significativas/morfemas), a sintaxe (estudo da estruturação das frases/sentenças de uma língua) e a semântica (estudo dos significados das palavras e das frases de uma língua) são as clássicas taxionomias, com sua metalinguagem própria, que compõem o estudo do léxico (lexicologia) e da gramática, conjunto de regras que sustentam um sistema linguístico qualquer.

Nessa perspectiva de investigação, ao se definir o objeto de estudo da linguística, a língua, optou-se pela separação entre língua e fala, estando a fala, que teria caráter individual, fora do alcance científico da linguística (SAUSSURE, 1916). Essa concepção foi contestada posteriormente, com o desenvolvimento de pesquisa e resultados de diferentes frentes de investigação centradas na fala, ou seja, nos usos que o falante efetivamente faz da língua.

Na opção teórica estrutural, de desarticulação entre língua e fala e de estudo imanente da língua, estabeleceu-se um paralelo opositivo que, além de atestar a separação, tinha a função de servir de argumento para a tese de que o verdadeiro objeto da linguística, nos moldes do estruturalismo europeu em seu surgimento, era a língua, não a fala. Dentre os aspectos que compõem esse paralelo, podem ser destacados: a língua é o bem coletivo e o dado social, compartilhada, é sistemática, pois seus fatos estão atrelados à estrutura do sistema linguístico, além de ser condição para a fala; já a fala, tinha um caráter particular, composta de dados pertencentes à esfera individual, disso advém a ideia de que a fala é assistemática, com fatos atrelados ao uso que se faz da língua, não ao sistema em si, além de

---

<sup>21</sup> Para saber mais sobre o conceito de *gramática emergente*, aquela que emerge do uso, recomendamos a leitura da obra organizada por Maria Angélica Furtado da Cunha, Mariangela Rios de Oliveira e Mário Eduardo Martelotta, **Linguística funcional teoria e prática** (Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003).

ser condicionada pela língua. E o uso, nessa visão estruturalista, não pode ser predito nem controlado. (SAUSSURE, 1916).

Esse tipo de referência dicotômica em relação à língua(gem), sistematicidade *versus* assistematicidade, reflete-se ainda hoje no ensino de língua, quando se desconsidera, por exemplo, o contínuo entre oralidade e escrita, desconsiderando-se, conseqüentemente, a heterogeneidade constitutiva tanto da fala quanto da escrita.

A visão de imanência da língua, de abstração do sistema para investigação dos dados em muito foi/é prática também do modelo de gramática e de estudo gramatical promulgado pela gramática tradicional (GT), que, diferentemente do percurso teórico, descritivo e analítico da linguística estruturalista, é normativa e prescritivista, sustentada sobre um modelo de bem falar estigmatizadamente selecionado. A GT acabou se fixando como o maior modelo de “reflexão linguística” ensinado nas escolas, deteve-se em abordar a língua, implicitamente, como um sistema estagnado no tempo e no espaço, fenômeno favorecido pelos dados linguísticos de que se apropriou para sua análise e ensino: a língua escrita de prestígio em detrimento da língua falada, muito mais veloz na mudança/dinamicidade que aquela, pois suas variações são perceptíveis e aceitas com maior fluidez que a estabilidade convencional da língua escrita.

Assim, possivelmente de um equívoco no entendimento do que seja a proposta estruturalista, a GT originou e justificou uma série de práticas de ensino de língua que nada tinham a ver com a teoria linguística de qualquer tempo, como as listas intermináveis de conjugação verbal para simples repetição de paradigmas, a partição de sintagmas e o preenchimento de lacunas em frases, como se isso dissesse respeito à comutação de estruturas. A separação entre língua e fala, o estudo do sistema linguístico fechado em si mesmo, conforme proposto pela linguística estrutural, são opções teóricas que não tinham qualquer propósito didático nem intenção de eleger fatos da língua que pudessem separar “o falar certo do errado”, por exemplo. Este procedimento normatizador da língua é exclusividade da GT e o resultado de seu emprego no ensino tem sido desastroso desde seu surgimento.

Mas esse cenário começou a ser gradativamente alterado ainda no séc. XX, com o avanço nos estudos linguísticos, através da dialetologia e da sociolinguística, que relacionaram língua e sociedade, ampliando e reconfigurando concepções deste objeto, a língua. Ao incluir-se o falante na concepção de língua, ela hoje é reconhecida também como um conjunto de variedades, cada uma delas com sua norma própria – ou com sua variação em determinados aspectos gramaticais, conforme preferem dizer alguns estudiosos –, pois seus usuários/falantes, que a ela (língua) sustentam e a ela dão sentido, agrupam-se, no tempo e no espaço, em comunidades de fala com características individualizantes que permitem distinguir uma comunidade de fala de outra. Tais fenômenos são definidos pelo espaço social de cada falante: classe social (poder econômico que possui/grau de instrução/peso político de que goza), geografia físico-espacial regional/continental em que vive (zona urbana/zona rural, centro/periferia), faixa etária, profissão etc. (CALVET, 2002, p.89-122), fatores que dinamizam a língua, propiciando usos diferenciados de uma mesma língua, expandindo sua gramática nuclear.

Além disso, os estudos linguísticos atuais puseram em maior destaque a distinção e a relação entre língua falada e língua escrita; entre modalidades orais de uso da língua e modalidades escritas de usos de uma mesma língua, expondo a necessidade de se perceber que cada referência dá um contorno específico à gramática usada pelo falante em cada situação acima mencionada, com suas correspondências e distinções.

### 3 A pragmática e o estudo da linguagem

Inserida entre os estudos que abarcam a atividade de linguagem, a pragmática, como disciplina, voltou-se à investigação dos usos da língua (FIORIN, 2002), ou seja, da fala/parole/discurso. Assim, a pragmática (do gr. *pragma* = utilidade, ação, prática) cunhada, segundo Morris (1994), do termo *Pragmatismo* (corrente filosófica da linguagem que prioriza a razão prática em relação à razão teórica), tem como objeto a linguagem, mas no que se refere aos usos e não ao sistema língua/langue, isto é, no que se refere à prática da linguagem. Isso porque seu interesse está voltado para a compreensão/investigação dos propósitos da comunicação.

A pragmática, ao estudar a relação dos signos com seus usuários (MORRIS, 1994) e valorizar sobretudo a noção de contexto, é mais um avanço nos estudos linguísticos em relação ao objeto de estudo até então empreendido pela semântica: a *significação*, que na perspectiva semântica é analisada tomando-se uma noção restrita do contexto que há para além da sentença. Segundo Cançado (2012), o estudo da semântica está “[...] voltado para a investigação do significado das sentenças.” (p.18), enquanto a investigação pragmática centra-se sobre significados que têm “[...] relação com os usos situados da língua e com certos tipos de efeitos intencionais.” (p.20). A autora ainda destaca que “[...] a semântica não pode ser estudada somente como a interpretação de um sistema abstrato, mas também tem que ser estudada como um sistema que interage com outros sistemas no processo de comunicação e expressão dos pensamentos humanos.” (p.21), a exemplo da interface entre semântica e pragmática.

Ainda sobre a distinção e os aspectos de interface entre semântica e pragmática, Pires de Oliveira e Basso (2007) argumentam que fenômenos pragmáticos são identificados por reunirem três características: eles devem ser contextuais, não-calculáveis e canceláveis, a exemplo dos fenômenos que analisaremos na seção 5. Os autores consideram o domínio da pragmática como aquele que “[...] se ampara em apostas que, por sua vez, estão respaldadas por algum princípio de “convivência”, vamos dizer assim, tacitamente assumido pelos interlocutores [...]” (p.24). Diferentemente, avaliam que a semântica toma a proposição como objeto de estudo, caracterizada por “[...] carregar não apenas as informações sobre as condições de verdade, mas também sobre as condições de admissibilidade (sobre o contexto em que ela é feliz).” (p.18). Assim, Pires de Oliveira e Basso (2007) contra-argumentam a visão tradicional de limites indefinidos entre semântica e pragmática ou da pragmática como mero estudo das intenções do falante, assumindo que “[...] a semântica lida com a proposição, a pragmática com o ato de determinar e interpretar proposições.” (p.27).

Para a pragmática, o contexto é determinante para o sentido em uso de uma forma ou estrutura linguística. A semântica, por seu turno, trabalha com a noção de significado de expressões ou sentenças, distinguindo significados de palavras e significados de sentenças e discriminando, a partir dos critérios de admissibilidade, frases bem formadas (frases gramaticais, *o menino derramou o leite*/o menino tem a propriedade de derramar algo líquido) de frases mal formadas (frases agramaticais, *\*o leite derramou o menino*/o leite não tem a propriedade de derramar algo, principalmente de derramar algo sólido e animado como um menino), noções derivadas da sintaxe, mas com foco sobre propriedades semânticas. A pragmática, por sua vez, investigando a interpretação das comunicações nas interações cotidianas, trabalha com a noção de enunciado, que pode ser formado por uma palavra ou por várias palavras articuladas em frase, pois o contexto de uso da(s) estrutura(s) linguística(s), seja palavra, seja frase, indicará a interpretação mais adequada para dada estrutura ou conjunto nas trocas enunciativas.

Na introdução que presta ao livro *A Pragmática*, Carnap (2006, p.09), além de apontar qualificações, faz importantes indagações sobre questões que despertam o interesse e sustentam cada vez mais pesquisas pragmáticas da linguagem. Entre essas indagações,

destacam-se as que abarcam o papel social dos sujeitos em interação e elementos específicos da enunciação, que definem e redefinem os limites do dizer e o alcance do que é dito, como as categorias de tempo e de espaço. Esses elementos são centrais para a investigação de aspectos da significação pragmática e serão abordados neste trabalho.

#### 4 Teorias pragmáticas e suas aplicações na atividade de reflexão sobre o funcionamento social da língua

Muitos postulados fazem parte do arcabouço dos estudos pragmáticos, cujo germe pode ser buscado desde a lógica de Aristóteles, o materialismo marxista, o pensamento kantiano, a semiótica de Peirce, entre outros grandes nomes e abordagens que tomaram a linguagem e o papel do sujeito da linguagem como reflexão (ARMENGAUD, 2006). Dentre os pressupostos mais notáveis da atualidade e que balizaram nossa breve análise, estão: o estudo das máximas conversacionais (GRICE, 1982), a teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1979)<sup>22</sup> e a teoria da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987).

Grice (1982) vai investigar e defender, na conversação, o princípio da cooperação, através das máximas conversacionais: qualidade (dizer o que se acredita ser verdadeiro), quantidade (dizer o necessário, evitando-se o excesso e a escassez de informação), relação (ser pertinente ao assunto) e modo (ser claro, breve, evitando ambiguidades). Todavia, tais normas de conduta linguística nem sempre são respeitadas exatamente porque o propósito da comunicação, muitas vezes, é mesmo afrontar algumas delas, como é o caso da ironia, que rompe com o princípio da qualidade, pois por ela se enuncia o contrário do que se diz (ou do que se acredita ser verdadeiro), como poderá ser visto, no exemplo *c*, mais adiante.

Austin, que teve seu trabalho prosseguido por Searle (ou por este alterado na releitura que fez sobre a obra austiniana, conforme defende Rajagopalan<sup>23</sup>), resistiu à semântica fundamentada nas condições de verdade ou falsidade para determinar se as assertivas são verdadeiras ou falsas. Como bem enfatizado por Gonçalves (2005, p. 130, inserções nossas), essa concepção

[...] postulava que uma frase ou segmento lingüístico só seria significativo se pudesse ser avaliado em termos de verdade ou falsidade – perspectiva que se funda na concepção de uma realidade externa objetiva e sobre a qual a linguagem verbal é capaz de produzir assertivas verdadeiras ou falsas. Austin, percebendo a limitação de tal postulação frente aos múltiplos usos da linguagem verbal, desenvolveu a TAF [Teoria dos Atos de Fala], que foi publicada em 1962 (*How to do things with words?*<sup>24</sup>). Esse autor argumentava que a língua não se presta somente a descrever a “realidade”, mas também a alterá-la e, até mesmo, a criar novas realidades.

A TAF (Teoria dos Atos de Fala) vai diferenciar, inicialmente, frases constativas, que descrevem estados de coisas no mundo, de enunciados performativos, que realizam as ações que enunciam. Para que as ações se realizem através da linguagem, porém, é necessário que o contexto situacional seja comum aos falantes que se comunicam. De acordo com a teoria dos atos de fala, ao enunciar, o falante tem um propósito, uma intenção, daí os enunciados produzidos trazerem embutida uma força ilocucionária, o que deve ser interpretado pelo ouvinte para que a comunicação se efetive, tenha sucesso.

<sup>22</sup> Vale a pena conferir a obra de Rajagopalan (2010) que, em artigos publicados em datas diferentes (muitos em inglês) e agora reunidos e traduzidos para o português em *Nova Pragmática- fases e feições de um fazer*, comenta, discute e critica a relação da herança teórica entre Austin e Searle, defendida por este último.

<sup>23</sup> Rajagopalan (2010).

<sup>24</sup> Numa tradução literal seria: *Como fazer coisas com palavras?*, ou seja, é a ideia de linguagem como ação, de como agir através delas (palavras).

Essa noção, mesmo recebendo críticas por suas limitações, pode ajudar, por exemplo, a desmecanizar, no ensino de língua materna, o tradicional ensino dos chamados *tipos de frases*, geralmente efetivado de forma estanque, descontextualizada das necessidades ou razões comunicativas, com tipos de frases ilustrados, às vezes, como uma peculiaridade da língua escrita, pois esse ensino se atém preferencialmente à exploração dos usos dos sinais de pontuação (!, ?, ., ...), sem levar em conta substancialmente seu propósito na língua falada ou mesmo na escrita. Diferentemente, trabalhando-se esse conteúdo como atos de fala (ação pela linguagem), o ensino ficaria menos artificial.

Além do mais, nem sempre uma aparente pergunta é exatamente uma pergunta (*Você não vai lavar a louça?* perguntado por uma mãe em fúria, pode significar para a filha (ou filho) *Vá lavar a louça!*); uma exclamação muitas vezes é uma pergunta (*Que lindo esse carro que você dirige!* dependendo da situação, pode ser enunciada por uma pessoa bem curiosa que, na verdade, está perguntando *Esse carro lindo é seu?*); uma negação pode ser uma pergunta ou um pedido, no sentido de ter sido formulada com o propósito de se perguntar ou pedir algo e não de se negar meramente um conteúdo posto ou mesmo pressuposto (*Eu não tenho dinheiro para pedir uma pizza*, dependendo de uma série de fatores, em lugar de descrever um estado de coisas no mundo, pode perfeitamente funcionar como um *Paga uma pizza pra mim?*). Um aparente elogio pode ser na verdade uma crítica de censura (*Você é uma menina que amadureceu rápido*, em vez de um agrado, pode implicar um *Ponha-se no seu lugar* ou *Você não tem idade para fazer o que faz.*). Enfim, competência linguística e comunicativa remetem à capacidade de que dispõem falante/ouvinte (interactantes) de fazer interpretação não apenas semântica, mas semântico-pragmática dos enunciados.

A teoria da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), ou estudo da face, derivada dos trabalhos de Grice (Princípio da cooperação) e de Austin (TAF) vai assumir a posição de que, nas interações sociais, a autoimagem pública positiva e negativa dos interactantes (face) pede para ser sempre preservada. A primeira (positiva) quer ser bem aceita no meio em que interage, a segunda (negativa) quer ser livre para impor-se sempre que necessário. O raciocínio, grosso modo, seria: se eu ameaçar a face de meu interlocutor, sofrerei ameaça também, se eu proteger a face alheia, poderei também ter a minha protegida. A atitude linguística dos interlocutores/interactantes, através dos enunciados que produzem, é reveladora da tendência de cada um dos participantes na interação verbal. Isso explica, por exemplo, a preferência de certos falantes pelo uso de pedidos indiretos: “Você tem celular?” em vez de: “Empreste-me seu celular”. Faz-se, nesse caso, uma pergunta, enunciando-se, porém, um pedido indireto. Muitos recursos operam para o êxito ou fracasso dessa concepção de felicidade na interação pela linguagem entre as pessoas, pois envolve sentimentos e não apenas cognição. Assim, a gentileza no trato com o interlocutor é uma forma de se manterem os ânimos amigáveis, porém, o excesso de gentileza de um falante pode causar irritação em seu interlocutor, por este tomar a atitude como bajulação, por exemplo, ou mesmo por desconfiança – já que pode dar a ideia de que uma imagem de gentileza está sendo deliberadamente (e não naturalmente) construída.

Na pragmática, apesar do estabelecimento das convenções no uso da língua, tudo é também relativo, pois os valores, os sentidos, a melhor adequação, são noções que variarão conforme o contexto situacional de uso da língua, conforme os usuários que se utilizam da linguagem para se comunicar, conforme os valores culturais dos espaços em que convivem os indivíduos/usuários dos signos.

## 5 Análise de enunciados cotidianos: aspectos semânticos e pragmáticos

Apresentamos a seguir, com propósito analítico dos modos de significação em contexto, enunciados (mostras de usos, colhidas no cotidiano) em que a significação da sentença (literal e reduzida ao contexto frásico), independente do contexto específico em que

os enunciados foram empregados e do significado do falante, causaria até estranheza, comicidade ou horror.

a) “A mãe de um casal de crianças pede à filha: – Minha filha, não tire os olhos de seu irmãozinho!”

No exemplo *a*, o pedido da mãe, do ponto de vista meramente semântico literal, poderia causar um mal-estar, pois indicaria a possibilidade de uma ação bárbara por parte da irmã em relação ao irmão menor, daí a formulação do pedido, feito pela mãe, para que a ação não fosse executada. Todavia, para uma interpretação dessa natureza ser aceita naturalmente nas situações de uso da língua, algumas condições seriam necessárias para se determinar tal significado, como a força e o modo de entonação, o gesto, a expressão facial da mãe etc., o caráter da irmã, sua saúde mental, a relação entre ela e o irmãozinho, o ambiente em que estavam, questões que, na modalidade escrita, também seriam antecipadas/sugeridas de alguma outra forma e por outros enunciados.

Além disso, a estruturação semântica da sentença, como parte de suas informações gramaticais, já parece indicar a necessidade de interpretação de determinada sequência em bloco, lexicalizada quase que como uma expressão idiomática (o valor semântico de *(não) tirar os olhos* não implica a soma de *tirar+os+olhos*, mas aquilo que a expressão denota em determinados usos), visto que, do ponto de vista pragmático, o falante de português brasileiro sabe que nem sempre a interpretação deve ser feita sobre a sentença em si ou sobre a soma de suas partes, mas sobre o contexto em que a sentença (ou expressão linguística) é empregada e sobre um cálculo interpretativo necessário, em que são projetados os valores semânticos possíveis e selecionados, a partir dos operadores pragmáticos disponíveis e das pistas deixadas por eles, o(s) valor(es) semântico(s) apropriado(s). Assim, não seria estranho ao falante do português, que estivesse de posse das informações contextuais necessárias e que tivesse condições de colocar os operadores pragmáticos em funcionamento, interpretar o enunciado (a) como: *minha filha, repare/vigie/observe seu irmãozinho para que ele não se acidente*, por exemplo.

Pelo contrário, não interpretar do outro modo, voltando-se para a literalidade da sentença e desconsiderando as condições de enunciação, geraria estranhamento ou mesmo efeito de humor. Inclusive, a situação descrita em (a) poderia ocorrer na afirmativa, em que um pai, preocupado com um rapaz encantado com a filha dissesse *Tire os olhos da minha filha!*. Jamais essa ordem poderia ser interpretada como *Extraia de minha filha<sub>i</sub> seus<sub>i</sub> olhos*.

Essa capacidade interpretativa e de formulação de enunciados faz parte da competência comunicativa do falante de uma dada língua. Ou seja, o falante sabe e precisa saber além da gramática da língua, precisa também saber empregar bem a gramática dos usos da língua em contextos variados, seja no uso da modalidade oral, seja no uso da modalidade escrita da língua. Analisemos mais alguns exemplos:

b.1) “A mulher, à mesa do café, diz repentinamente ao marido: – Bem, me passa a manteiga”

b.2) “Em outra situação, alguém fala para outro alguém: – Bem, me passa o creme”

b.3) “Noutro caso, alguém diz para alguém: – Bem, me passa o sabonete”

b.4) “No quarto, após o banho de ambas, a mãe pede à filha – Bem, me passa o perfume? – e a criança borrifava um pouco do produto, com que se perfumava, na mãe”

No exemplo (b1), a fala da mulher ao marido, extraída do contexto e de seus elementos dêiticos proeminentes na situação de fala (quem fala, onde e quando), poderia ser interpretada semanticamente também como *passa manteiga em mim*, mas o falante sabe interpretar pragmaticamente o enunciado como “*Bem, passe às minhas mãos o pote de*

*manteiga*”, indicativo de reinterpretação metonímica (tomou-se, nesse caso, o conteúdo pelo continente), pois avalia o contexto de uso linguístico, ou seja, os fatores extralinguísticos que condicionaram uma interpretação como mais adequada que outra (em parte também oriunda da polissemia do verbo *passar*).

Apesar de a sintaxe da frase (pela presença do pronome átono de primeira pessoa do singular *me*) favorecer a semântica da primeira interpretação, culturalmente tal prática não é comum, principalmente à mesa do café. Esse conhecimento de mundo faz o falante buscar, em um esforço interpretativo, o valor semântico do enunciado calculado em outras realidades de significação possíveis. Nesse exercício, ocorre algo como a constatação de que a sequência *me passa a manteiga* pode ser valorada como *passa a manteiga em mim* ou *passa a manteiga a mim*, mas, considerado o contexto de uso, apenas a segunda opção se encaixa na cena enunciativa. A primeira, portanto, é descartada.

Mas o que sustenta essa projeção de valores semânticos e a eliminação da vagueza? Certamente a interação entre aquilo que a sentença é (as partes que a compõem, o modo como essas partes se combinam) e aquilo que ela faz em um determinado contexto, sobre o qual ainda poderíamos dizer mais: (b.1) é um performativo de ordem indireto; a esposa o formula de maneira indireta para preservar sua face, já que não se esperaria dela que dissesse ao marido *Ordeno que me passe a manteiga*; considerando o princípio da cooperação de Grice, segundo o qual os falantes tendem a ser cooperativos nas trocas conversacionais, o marido sabe que a máxima da relevância o força à interpretação de que a esposa solicita, através da fórmula (b.1), que ele lhe alcance o pote de manteiga (ambos estão à mesa do café, o pote não está próximo a ela, ela está com o pão no prato, portanto, só uma interpretação é relevante). Isso é o mesmo que dizer: embora o significado da sentença seja vago quanto às possibilidades interpretativas que dela decorrem, o significado do falante, que leva em consideração o enunciado e a enunciação, não encontra qualquer vagueza.

Por outro lado, no exemplo (b.2), como não há nenhum indicativo contextual do emprego desse enunciado, o cálculo para a interpretação mais adequada, do observador (leitor), sentirá decerto a falta de elementos extralinguísticos, a fim de que se elimine ou atenua a ambiguidade. Primeiro, porque a forma linguística *Bem* tanto pode ser um vocativo, referindo-se especificamente ao interlocutor do locutor, como também pode ser um marcador conversacional usado, nesse caso, numa sequência temática quebrada, no sentido de *ok, está certo, agora me passa o creme*. No caso de ser vocativo, a categoria dêitica de pessoa com quem se fala receberia uma forma apelativa direta. Entretanto, isso parece ser irrelevante para o enunciado, já que essa categoria de pessoa está garantida por outros elementos, como a forma verbal imperativa afirmativa. Já a possibilidade de leitura de *bem* como marcador conversacional introduz um elemento novo ao enunciado que, via de regra, pode agir sobre as implicaturas que decorrem de (b.2), mas também não representa problema para a polissemia de *passar*, já que a categoria dêitica está mantida e que os sentidos possíveis do verbo não seriam especificados via marcador conversacional.

Segundo, o sintagma nominal [*o creme*], como objeto do verbo *passar*, na sequência *me passa o creme*, tanto pode referir-se a um creme comestível, quanto a um creme cosmético (hidratante, por exemplo). Sendo um *creme* comestível, é mais comum inferir-se que se trata do mesmo pedido feito no exemplo (b.1), e seriam guardadas as mesmas observações analíticas de polissemia do verbo, projeção de sentidos do enunciado, vagueza da sentença e cálculo interpretativo via especificação pragmática – via significado do falante, não via significado da sentença. Sendo um *creme* cosmético, pode-se até considerar a mesma interpretação, contudo, há também grande probabilidade de ser um pedido diferente do feito em (b.1), ou seja, nesse caso, poder-se-ia estar solicitando que o interlocutor passe o creme [substância cosmética, o produto] na pele do locutor. Isso significa dizer que, no enunciado (b.2), concorrem composicionalmente duas ocorrências de termos polissêmicos, cuja

especificação semântica, em termos de não-vagueza da sentença, só ocorre pela enunciação, pela consideração de operadores pragmáticos da ordem da cena enunciativa.

Como se pode notar, a especificação semântica da sentença, sem algum contexto de uso dessas estruturas linguísticas e baseada apenas na semântica da frase, fica comprometida. Seja na modalidade oral, seja na modalidade escrita. É necessário, por isso, que se descubram as condições da enunciação, o contexto imediato e cultural da produção dos enunciados, as marcas deixadas no ato da comunicação, isto é, quem disse, para quem disse, onde disse, por que disse, a que distância estavam os interlocutores, qual o grau de relacionamento ou intimidade entre os falantes etc. A mesma dificuldade, se também não forem explicitadas as condições da enunciação, ocorrerá com o exemplo (b.3), cuja vagueza concentra-se sobre a polissemia do verbo.

Esses aspectos de significado destacados em (b3) são registrados também nos enunciados do espanhol e do francês correlatos ao exemplo, caso não fossem explicitados os contextos em que o fenômeno ocorre, a fim de se orientar a interpretação mais plausível: *me pasa el jabón; passe moi le savon*. Todavia, no inglês, a ambiguidade esfacela-se, como se pode observar: *give me the soap*, uma vez que o verbo se altera (*give me*, em inglês, tem o sentido de ‘me dá’ = dá a mim) e o sintagma ‘*me*’, sozinho junto ao verbo (sem as partículas ‘*to*’ ou ‘*on*’, a depender de seu entorno), não comporta a dualidade semântica ‘*a mim*’ e ‘*em mim*’ simultaneamente, como pode ocorrer em certos contextos linguísticos do português, conforme evidenciado nos dados em (b). Vale lembrar que no português o pronome oblíquo ‘*mim*’, quer semanticamente (mesmo que representado por *me*), quer sintaticamente (ocupando expressamente seu lugar na sentença/realizado nela), está precedido de alguma preposição, não ocorre sem a presença dessa categoria mórfica.

Note-se que a estrutura linguística (sentença) dos pedidos em (b), independente do contexto, são todas parecidas, alterado apenas o sintagma nominal, núcleo do objeto dos verbos enunciados. Mas, em (b1) e em (b4), o contexto desfaz a duplicidade de interpretação para o leitor ou ouvinte, pois fornece os operadores pragmáticos mínimos necessários para que, feita a projeção de valores semânticos possíveis em cada enunciado, seja especificado o valor proeminente e seja(m) descartado(s) o(s) valor(es) não relevante(s). Vejamos, na sequência, um caso potencial em que um dos interlocutores opta pela literalidade da sentença, por não querer realizar o cálculo dos operadores pragmáticos em questão ou por não reunir as condições necessárias para isso, resultando em prejuízo para a interpretação:

c) “Uma avó diz à neta, que nesse momento acaba de fazer uma traquinagem: – Faz de novo, faz!

A neta repete a traquinagem e ganha umas boas palmadas.”

No caso (c), acima, a má interpretação da criança/neto resultou em punição para ela. Ou seja, por ter interpretado apenas o significado da sentença na fala da avó (e não ter acionado o significado do falante), por ter feito o que se costuma chamar de *interpretação ao pé da letra*, por não ter compreendido que o enunciado era irônico, isto é, que a avó disse uma coisa, mas enunciou outra, a neta se prejudicou. A própria dedução que se faz aqui de que a neta é uma criança levou em conta a ação que praticava (uma traquinagem, ação geralmente atribuída a infantes) e a ação praticada sobre ela (palmadas) – que é, inclusive, uma prática criminalizada.

Em termos enunciativos, podemos considerar que a criança não confiou na violação da máxima conversacional da qualidade ou não considerou que essa máxima possa ser explorada para projeção intencional de valores contrários ao que se afirma. Em síntese, dizer uma coisa para significar outra, a exemplo do que ocorre em (c), requer que tenhamos em vista um interlocutor capaz de processar um complexo cálculo de significados, cálculo que: (i)

parte do significado da sentença, (ii) considera os operadores pragmáticos em jogo na cena enunciativa, (iii) desconsidera, em nome do próprio princípio da cooperação, a aplicação de uma máxima que costuma ser regular e (iv) chega ao significado do falante implicaturado pelo enunciado, *Não faça mais isso!*

Desse modo, podemos perceber que a dificuldade da criança, nesse exemplo, foi de não perceber que o ato de fala da avó foi de ameaça e não de ordem, o que acusa o não compartilhamento, entre avó e neta, do mesmo contexto situacional nessa relação comunicativa, ou o não compartilhamento do mesmo grau de conhecimento sobre os diferentes modos de funcionamento da língua em uso – perfeitamente plausível, já que determinados nexos de significado, como a implicatura e a pressuposição, e interpretações requintadas, como a ironia, são processados mais tardiamente pelo falante e dependem, em muito, de sua experiência de interação pela linguagem. Outro exemplo desse requinte de significação são os atos de fala indiretos, que podem guardar implicaturas bastante sombreadas, como o que se verifica em (d):

d) “Ao chegar à repartição onde trabalha, Mateus fala para um colega que encontra pelo corredor: – Estou duro hoje. O colega retruca: – Infelizmente não posso ajudar você, também estou.”

O enunciado de *Mateus* poderia ser classificado como enunciado constativo (descrição de estado de coisas, pois aparentemente apenas descreve sua situação momentânea), como definia inicialmente o filósofo britânico *John Austin*, ao diferenciá-lo dos enunciados performativos (ação pela linguagem, quando, ao se enunciar, age-se no mundo, pois algo se realiza pela linguagem). Entretanto, seu interlocutor, que já o conhece e que conhece bem as formas de pedidos indiretos usados na comunicação (uma forma de polidez em muitos casos, noutros, pode vir a ser uma ironia, um sarcasmo etc.) no meio em que vivem, responde-lhe como se tivesse sido solicitado a ajudá-lo, ou seja, o contexto indicou para o colega que Mateus lhe fez um pedido indireto de empréstimo de dinheiro, sem nem precisar mencionar a palavra dinheiro ou fazer efetivamente o pedido com formas linguísticas evidentes, a exemplo dos performativos explícitos ou diretos.

Mesmo assim, um pedido foi enunciado por Mateus, que realizou uma ação pela linguagem ao estabelecer indiretamente um pedido e, de certa forma, coagir, pressionar seu interlocutor a tomar uma posição, a enunciar uma decisão de ajudá-lo ou não, como se tivesse dito ao colega:  *você pode me emprestar um dinheiro, pois estou precisando (estou duro)?* Ao enunciar suas palavras, Mateus cria o pedido no mundo, ou seja, a partir de uma fórmula aparentemente constativa (um ato locutivo), o falante produz uma ação pela linguagem (um ato ilocutivo) e essa ação provoca em seu interlocutor um efeito (um ato perlocutivo) tal que o comportamento seguinte é a resposta, a não ignorância do ato de fala criado.

Mas a interpretação do ato de fala indireto “pedido de empréstimo de dinheiro” é uma decisão do interlocutor, que poderia intencionalmente ignorar a ginástica linguística de Mateus e tratar (d) como um enunciado constativo, do que decorreria uma resposta do tipo: *Também, com esse salário que a gente recebe, ninguém tem dinheiro!* Note-se que, se assim seguisse a interlocução, a resposta não apenas ignoraria o valor performativo do enunciado de Mateus, como também o tornaria nulo, eliminando a possibilidade de Mateus o reformular de maneira explícita, já que não há sucesso em se pedir dinheiro emprestado a quem não tem dinheiro, a quem ganha tão pouco quanto e enfrenta a mesma situação de dureza financeira.

Seguindo-se essa mesma linha, outra situação de nulidade é possível, não pelo colega, mas pelo próprio Mateus que, insatisfeito com a recusa do empréstimo, poderia dizer: *Não estou pedindo nada, foi só um comentário.* Isso nos indica que, intencionalmente, operadores pragmáticos podem ser ignorados pelo falante, se isso lhe parecer estratégico, e determinadas

sentenças podem ter seus significados contextuais cancelados, em benefício de seus significados literais, desde que o falante decida agir assim sobre a linguagem. A este ponto já desenhamos mais um elemento da enunciação que é determinante em processos de significação, a intencionalidade do falante.

Entretanto, do modo como estão postos os enunciados em (d), o pedido feito tanto foi compreendido, como também foi recusado pelo colega/interlocutor que, recrutando uma estratégia argumentativa muito apropriada à situação, usa o modalizador *infelizmente*, sugerindo estar penalizado/triste por não poder ajudar, evitando manifestar indiferença, e o operador *também*, incluindo-se no mesmo estado financeiro (precário) do outro, para atenuar sua recusa em ajudar, ou seja, para abster-se de corresponder à solicitação sem parecer sovina e sem abalar a amizade. Assim, todas as faces preservadas, as investidas linguísticas de ambos foram bem sucedidas; embora o empréstimo não tenha se efetivado, o performativo indireto teve suas condições de felicidade satisfeitas, o enunciado foi compreendido como performático, realizou-se um pedido no mundo; embora o interlocutor tenha recusado conceder o empréstimo, fez isso de maneira polida, lamentando o fato e incluindo-se no infortúnio de viver com a falta de dinheiro.

Do ponto de vista das máximas conversacionais, discutidas e propostas por Grice, o enunciado de Mateus atendeu adequadamente a pelo menos três delas: a da qualidade, pois, apesar da recusa recebida, pode ter parecido sincero ao ouvinte; a da *quantidade*, pois o que disse em apenas três formas linguísticas foi suficiente para ser compreendido; a máxima da *relação*, pois o colega, compreendendo-o, não fugiu ao assunto posto em pauta.

Entretanto, performativos indiretos como o produzido em (d) constroem-se sobre a exploração (uma forma de violação) da máxima do modo, uma vez que o pedido de empréstimo não foi feito do modo mais claro possível. Isso é muito frequente nas situações comunicativas cotidianas e ocorre porque não queremos produzir nenhum atentado à nossa face, então, lançamos mão de estratégias como a exploração de uma máxima conversacional para termos um efeito de polidez. Os interlocutores, também conhecedores das regras do jogo de linguagem, guiados pelo princípio da cooperação (os falantes tendem a ser cooperativos nas trocas conversacionais), relevam a violação e atribuem significado a ela: se o performativo está sendo feito deste modo e não de outro mais direto é porque assim atende mais adequadamente aos interesses de quem o fez. Em um restaurante, por exemplo, quando alguém diz ao garçom *Eu gostaria de beber um suco* não está realizando o performativo de ordem do modo mais claro possível, já que apenas o performativo direto *Ordeno que me traga um suco* atenderia integralmente ao critério de clareza. Entretanto, dirigir-se a garçons por meio de performativos de ordem diretos não é nada polido e representa um atentado à face.

Ainda sobre o caso (d), apesar de Mateus ter sido feliz no sentido de ter realizado efetivamente o performativo e ter sido compreendido, não foi feliz no sentido de ter sido atendido. Isso aponta a incidência, na realidade do processo comunicativo das interações sociais, de que, mesmo que se sigam à risca as máximas descritas por Grice e as condições de felicidade dos performativos descritas por Austin, nem sempre os resultados ocorrerão na prática, como esperados. Ressalva-se que esses autores, em seus estudos, apenas descrevem as condições de felicidade nas interações comunicativas quanto às formas linguísticas e quanto à sua interpretação, apontando o que a favoreceria, ou seja, às condições de enunciação implicadas na interpretação. Claro que a intencionalidade do falante (que pode optar por não ser cooperativo, por exemplo) e uma série de outros fatores podem interferir nos resultados *per si*. No caso de Mateus, o empréstimo foi recusado não por um problema de performatividade, mas por algo que está fora do controle da linguagem (a vontade/a possibilidade de o interlocutor realizar o empréstimo).

Abaixo, uma última análise:

e) “Na rua, Ana, ao deparar-se com a amiga Júlia, a quem não encontrava havia algum tempo, fala-lhe apressadamente:

– Oi, Júlia, há quanto tempo, hein! Como vai?

Júlia, franzindo a testa, passa a responder-lhe:

– Ai, Ana, minha vida está um caos, meu filho está dando problema na escola e o pai nem...

Ana a interrompe e despede-se:

– Que tristeza, hein, Júlia. Passa em casa outro dia pra gente conversar, que preciso correr senão perco o metrô. Tchau, querida!

– Tchau... – Júlia responde meio sem jeito, enquanto observa a amiga Ana prosseguir seu caminho, às pressas.”

O diálogo acima evidencia um desencontro muito comum nos processos comunicativos, ao se considerar, de uma só vez, as máximas conversacionais, os atos de fala e a polidez. Além de partilhar contextos enunciativos culturais/linguísticos, o falante também espera, muitas vezes, que seu interlocutor (com)partilhe estados mentais/emocionais. Quando isso é desencontrado, ocorrem situações como a observada acima em (e). Ou seja, Ana enunciou apenas uma saudação, deu um *oi* à amiga Júlia através de sua pergunta. Esta, porém, interpretando de outro modo a força ilocucionária impressa na fala/enunciado da amiga, não tomou o enunciado como um mero *Olá, tudo bem?! mas sim como um ato de pergunta de fato, e uma pergunta bem-vinda, dado seu estado emocional do momento, daí sua “inconveniência” ao se dispor a responder àquilo que não foi efetivamente uma indagação, mas simples saudação.*

Ana, raciocinando pragmaticamente, por um ato de fala indireto, saúda a amiga, esperando que esta a compreenda, ao levar em conta a situação inesperada do encontro e a pressa que já evidenciava ao estar frente a frente com ela. Júlia, por sua vez, raciocinou conforme o que preconizariam as máximas, mormente a da pertinência: para uma pergunta devolva uma resposta e dentro do assunto inquirido, pois quem pergunta quer saber. E, no caso de Júlia, sua situação de carência para dividir problema ou, no mínimo, desabafar, levou-a a tomar como um lance de sorte o aparente interesse de Ana por sua vida.

Desse modo, registramos uma questão que ainda não recebeu uma resposta adequada da pesquisa linguística: teoricamente teria havido polidez ou impolidez por parte de qual delas, se cada uma propôs/buscou algo diferente no contato inesperado que a situação cotidiana propiciou/forçou? Que face foi “agredida” (ou quais faces foram ‘agredidas’) indiretamente? Haveria como ter sido evitada essa incompatibilidade de intenções comunicativas?

Esses exemplos corriqueiros mostram o quanto a língua em uso é dinâmica, prehe de inovações e rearranjos, e que, na maioria das vezes, não basta a informação linguística para se interpretar pertinentemente um enunciado, é necessário analisar o contexto específico de uso das formas e a dinâmica das relações socioculturais. Mostram ainda que o falante de uma língua, para usá-la com desenvoltura, sabe mais do que tradicionalmente se denomina gramática. Sabe ou deve saber levar em conta os contextos em que a língua é empregada para que possa estar afinado com interpretações mais apropriadas, nas trocas enunciativas de que participa ou que observa.

Não obstante, os exemplos aqui trazidos para análise acabam por destacar também pontos que favoreceriam críticas acirradas à pragmática linguística, pois esta se sustentaria, para alguns críticos, na ilusão da transparência da linguagem, do domínio e controle que o falante pode ter ao usar a palavra (performance), dependendo de sua competência na troca enunciativa, marcando, nos enunciados que produz, sua intenção comunicativa, que seria interpretável pelo ouvinte, orientando e facilitando a comunicação mais eficaz (afirmações que a análise dos dados aqui não parece confirmar). Isso força um alargamento das pesquisas

para uma pragmática cada vez mais social (MEY, 2001) e/ou mais antropológica (HANKS, 2006), que dialogue também com as contribuições de outras perspectivas de análises da enunciação que consideram a não-transparência da linguagem, seus equívocos, as derivas próprias da discursivização, a força do inconsciente, por exemplo, nas elaborações e comportamentos discursivos (ORLANDI, 1999; POSSENTI, 2001). Por outro lado, uma análise mais criteriosa da literatura sobre o tema e sobre pesquisas mais recentes desconstruem também alguns queixumes contra esta área em crescente expansão.

## 6 Algumas Considerações

Esse breve percurso sobre a linguagem ou, mais especificamente, sobre possibilidades de reflexão sobre o uso da linguagem, objetivando produzir uma discussão introdutória, porém mais alargada dos fenômenos envolvidos no processo de significação que se registra na prática da linguagem, destacou o conflito entre dois objetos distintos de estudo: o estudo da língua como sistema abstrato compartilhado, noção concebida pela linguística estrutural e pelos estudos formais posteriores, e a investigação de seus usos, objeto da pragmática, assumida na linguística contemporânea. Alguns exemplos, catalogados de comunicações reais, foram apresentados a fim de se explicitar a preocupação e também as limitações de cada área de estudo, bem como sugerir a necessidade de se ultrapassarem, no ensino, as limitações/coerções da gramática normativa prescritiva.

Para finalizar por aqui, vale enfatizar que os estudos da pragmática contribuem de forma relevante para o ensino de língua materna, pois ajudam a refletir sobre a competência comunicativa nos usos linguístico-discursivos dos falantes de uma língua, auxiliando diferentes áreas da pesquisa linguística na investigação e na compreensão de quais abordagens podem ser mais efetivas para a reflexão linguística (promovida dentro e fora das situações formais de ensino de língua), em especial para a reflexão sobre os fenômenos de significação.

## Referências

- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.
- AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer** - palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARNAP, Rudolf. A pragmática está na base de toda a Linguística. *In*: ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006, p.09-20.
- FIORIN, José Luiz. A Linguagem em Uso. *In*: FIORIN, José Luiz (Org). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONÇALVES, José Luiz V. R. **Desenvolvimentos da pragmática e a teoria da relevância aplicada à tradução**. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 5, número especial, 2005.
- GRICE, H. Paul. Lógica e Conversação. *In*: DASCAL, Marcelo (Org). **Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da linguística** – bibliografia. Campinas: edição do autor, 1982.
- HANKS, William. **Língua como prática social** – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. (orgs. Anna Christina Bentes *et al.*). São Paulo: Cortez, 2008.
- MEY, Jacob. **As vozes da sociedade: seminários de Pragmática**. (Trad. Ana Cristina de Aguiar) Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

MORRIS, Charles. **Fundamentos da teoria dos signos**. Trad. António Fidalgo. Universidade da Beira Interior, 1994.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 1999.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. v. 5, n. 8, março de 2007.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 30ed. São Paulo: Cultrix, 2002. (original de 1916).

SEARLE, John. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.